

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1015505 - BA**  
**(2016/0298040-7)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE : GERMANO PORTINOI**  
**AGRAVANTE : ISRAEL PORTNOI**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO JOSÉ BASTOS - BA004281**  
**SIDNEY ROBERTO SAMPAIO LACERDA SILVA**  
**FILHO - BA032634**  
**AGRAVADO : BANCO ALVORADA S.A.**  
**ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971**  
**PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275**  
**CINTIA VERENA SANTOS DE ANDRADE E**  
**OUTRO(S) - BA032600**  
**IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM -**  
**DF045993**  
**ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568**  
**PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - GO050953**  
**INTERES. : SALOMAO PORTNOI**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO JOSÉ BASTOS - BA004281**  
**OLON AUGUSTO KELMAN DE LIMA - BA011990**  
**MARIA CLARICE MACHADO LIMA - BA015578**  
**VALERIANA DOS SANTOS SILVA - BA025245**  
**RAMONA SANTOS COELHO - BA031933**  
**LARISSA FERREIRA SIMÕES DE OLIVEIRA -**  
**BA021513**  
**INTERES. : LOJAS IPÊ LTDA - MASSA FALIDA**  
**REPR. POR : LUCIANO DE FREITAS LOPES - ADMINISTRADOR**  
**ADVOGADO : CÁSSIO PITANGUEIRA DIAS ICÓ RIBEIRO E**  
**OUTRO(S) - BA033093**

### EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.
3. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada pela Lei de Usura (Decreto nº 22.626/1933), em consonância com a Súmula nº 596/STF, sendo também inaplicável o disposto no art. 591, c/c o art. 406, do Código Civil para esse fim, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. A redução dos juros dependerá de comprovação da onerosidade excessiva - capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - em cada caso concreto, tendo como parâmetro a taxa média de mercado para as operações equivalentes, de modo que a simples estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, por si só, não indica abusividade, nos termos da Súmula nº 382/STJ. Precedente.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva  
Relator

